

LECIONANDO EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS SURDOS

Ghueisa Kamylla Mendes Costa¹
Hudson Marcos de Oliveira²
Josivani Machado³
Miriele Oliveira da Silva⁴
Rafaela Ferreira dos Santos⁵
Weliton Roberto Lima⁶

RESUMO

O Educador Físico exerce uma ação fundamental no campo da educação inclusiva, por meio de práticas e metodologias que incentivam a participação do indivíduo com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física. E o presente estudo tem como objetivo identificar como esse profissional organiza e conduz suas aulas, modulado por suas representações acerca do ofício de ser educador na perspectiva de atender o aluno com surdez. Para a captura dos dados foram utilizadas pesquisas exploratória, descritiva e bibliográfica com uma abordagem qualitativa, visando dar sustentabilidade ao estudo. Ao fim da pesquisa, compreende-se que o profissional diante de um educando com deficiência auditiva, a sua função se torna ainda maior e fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, social e educacional, no entanto, entende-se que a inserção não se efetivou de fato, mesmo existindo estudos e teorias que demonstram e auxiliam nesse processo de inclusão, necessitando de maiores conhecimentos e estudos dos profissionais da área da Educação Física sobre essas didáticas e metodologias.

PALAVRAS-CHAVE: Profissional de Educação Física; Surdez; Educação inclusiva.

¹Licenciando em Educação Física pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

²Licenciando em Educação Física pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

³Licenciando em Educação Física pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

⁴Graduada em Administração pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2009) , Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias (2013) , especialização em Metodologia do Ensino de Matemática pela FACULDADE SAO GABRIEL DA PALHA (2014) e especialização em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2014) . Professora de Matemática da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Zamprogno, Professora de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Professora de Bioestatística da Faculdade Capixaba de Nova Venécia e Professora de Economia Financeira da Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Tem experiência na área de Educação , com ênfase em Ensino-Aprendizagem.

⁵Licenciando em Educação Física pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

⁶ Licenciando em Educação Física pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX

ABSTRACT

The Physical Educator plays a key action in the field of inclusive education through practice and to encourage participation methodologies the individual with hearing impairment in physical education classes. And the present study aims to identify how professional of Physical Education organizes and conducts its classes, modulated by its representations about the craft of being an educator with a view to meet the student with deafness. For capturing data were used exploratory research, descriptive and literature with a qualitative approach in order to provide sustainability to the study. At the end of the survey, it is understood that the professional before a student with hearing impairment to its function becomes even greater and critical to their cognitive, social and educational development, however, it is understood that the insertion failed to materialize in Indeed, even with studies and theories that demonstrate and aid in this process of inclusion, requiring more knowledge and studies of professionals in the field of physical education on these teaching and methodologies..

KEY-WORDS: Physical Education Professional; Deafness; Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

O indivíduo que convive com a surdez, apresenta um obstáculo de ordem biológica na captação dos sons da fala, resultando na dificuldade da percepção e distinção fonêmicas que prejudicam a compressão dos significados. Com isso, o resultado é o desenvolvimento linguístico limitado, ocasionando em prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, social, intelectual e, por vezes, emocional, entendendo o aspecto social como primordial para o desempenho em relação ao meio que o cerca.

Apesar desse cenário, os surdos devem pensar como um processo natural do ser humano, ligando a mesma a conceitos, atividades e funções exercidas em nosso cotidiano como aprendizagem da língua, interação com a comunidade, identificação com os outros grupos de colegas, cultura, história, tradição, narração de histórias, encontros sociais, luta por seus direitos linguísticos e civis, entre outras coisas. E o instrumento que surge para propor esse modelo educacional baseado na interação com a comunidade e com os demais colegas é a educação inclusiva, desenhando um ambiente universal para todos os alunos, independente das suas particularidades, promovendo o desenvolvimento social, cognitivo, mental e afetivo.

E nesse processo de inclusão, o professor de educação física não fica de fora, pois tem a possibilidade de auxiliar profundamente nesse campo, fazendo uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, no intuito de estimular à criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, enfim, praticar atividades capazes de promover aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o seu desenvolvimento psicomotor.

Diante da complexidade envolta na questão da inclusão, e de como proporcionar vivência lúdica aos surdos, é inadmissível que a Educação Física se afaste dessa temática, pois se entende que a mesma desempenha papel fundamental na construção de ambientes e mecanismos de socialização, fator fundamental para desenvolvimento e amadurecimento do sujeito.

Por isso há a necessidade de estudos referentes ao tema abordado, pois o objetivo é identificar e propor ao docente medidas e diretrizes para organização e condução das suas aulas, modulado por suas representações acerca do ofício de ser educador na perspectiva de atender o aluno com surdez.

A presente pesquisa proporciona uma revisão da literatura sobre a deficiência auditiva e suas limitações sociais, cognitivas e educacionais, o processo de educação inclusiva e o ensino da Educação Física para surdos por meio de metodologias eficazes e inclusivas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A SURDEZ

A educação para surdos já existe há muitos anos, porém não é tratada com total importância por nossos governantes. As crianças ficam abandonadas e dependentes de uma política que só se importa em aparecer na mídia com obras e projetos que favorece apenas aos grandes, deixando de lado a educação inclusiva, e com ela nossas crianças.

De acordo com a Portaria Ministerial nº 555 (MEC/SEESP, 2007):

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Um dos objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 3 (inciso IV), art.205, art.206 (inciso I) e art.208 (inciso III) (BRASIL, 1988):

Art.3. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 205. A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o avanço da democracia no país, visando acabar com todo e qualquer tipo de preconceito aos indivíduos de classes sociais, econômicas e culturais desfavoráveis, promovendo assim o acesso a todos os serviços prestados pelo governo. E entre eles, a educação que deveria promover o acesso à escola para todos os alunos, incluindo os surdos.

Diante da necessidade em se concretizar o que foi proposto pela Constituição de 1988 foram elaborados Leis e Decretos para regularizar esse processo de inclusão no país, onde consta também obrigações e penalidades a quem descumpre-las. Tendo como principal responsável em realizar esse processo, a escola.

As obrigatoriedades estabelecidas pela Constituição de 1988 foram regulamentadas pela Lei nº 7853 de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, define crimes, e dá outras providências. Em seu art.8 (BRASIL, Lei nº 7853 de 1989):

Art. 8. Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

Após 10 anos, foi elaborado o Decreto nº 3.298 de 1999 para complementar a Lei nº 7.853 de 1989. No seu art.25 (Brasil, Decreto nº 3.298, 1999):

Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

A inclusão escolar teve início após a Constituição Federal de 1988 que englobou os vários direitos da pessoa com deficiência, nos âmbitos de saúde, educação, trabalho e assistência. Em especial na área de educação, evidenciou o direito público à educação de todos os brasileiros, entre eles, os indicados como portadores de deficiência, preferencialmente junto à rede regular de ensino, ou seja, tendo um ensino com qualidade.

Atualmente o processo de inclusão de crianças com alguma deficiência, seja ela a surdez, vem sendo bastante discutida, pois, defensores das políticas inclusivas acreditam na importância de se elaborar um espaço de convivência entre as crianças com necessidades educacionais especiais e as ditas “normais”, pensando-se na probabilidade de constituição conjunta do conhecimento (SOARES;LACERDA, 2004).

Portanto, esse processo não é o ideal, pois pode tornar-se uma exclusão desse aluno surdo, ou seja, ele não deve sentir-se diferente, nem ser o centro das atenções, deve ser inserido entre os outros alunos e a escola deve se adaptar as necessidades desse aluno e de todos com outros com deficiência em geral. Sendo assim, a inclusão não é simplesmente englobar todos juntos, e sim, abranger de forma que o processo de ensino-aprendizagem possa colher frutos educacionais e sociais positivos.

Para Soares e Lacerda (2004, p. 143), o interesse dessa política de inclusão é:

Somente a sociabilidade dos sujeitos inseridos nas salas de aula regulares, como se o contato com crianças “normais” garantisse a aquisição do objetivo proposto, que seria o ensino/aprendizagem desse aluno. E no final disso tudo o prejudicado seria o aluno com surdez, pois, estará inserindo-o em uma escola na qual há apenas alunos ouvintes e a ausência de outros surdos ao redor, configura-se uma situação de exclusão, pois a identidade é a articulação da diferença e da igualdade, podendo implicar diversos personagens de acordo com as relações estabelecidas.

Os autores anteriores mencionam ainda que a inserção é a ferramenta adequada, pois, nesse local o surdo sentirá mais familiarizado com a sua dificuldade. Porém, deverão também se familiarizar-se com os indivíduos que não tenham surdez para a entrada no ambiente social. Dessa maneira, o processo educacional dos indivíduos deverá partir de práticas inclusivas direcionadas a partir das relações surdo-surdos, surdos-ouvintes, instituindo possibilidades que compreendam a condição cultural desse indivíduo (SOARES; LACERDA, 2004).

De acordo com o Ministério da Educação (2006), outra maneira de introdução seria a presença, em sala de aula e outros ambientes educacionais, do tradutor e o intérprete de LIBRAS, pois, mediante esse profissional apresentaria entrada aos conteúdos escolares, colaborando no atendimento e o respeito à diversidade linguística e sociocultural dos surdos. Tendo em vista que é função do profissional dominar a língua de sinais e a língua falada para realizar a interpretação correta para o indivíduo com deficiência auditiva, além de ter qualificação específica e formação específica na área da educação.

Há diversos fatores e situações complexas, porém, constata-se que devem ser analisados dois ambientes para aplicação das metodologias, o ambiente educacional e o social, para que não ocorra um desenvolvimento maior em um do que em outro.

Entretanto, permanece ainda uma ampla ineficiência do sistema, carecendo urgentemente de alternativas que favoreçam o desenvolvimento pleno desses alunos. Do mesmo modo, comprova-se também a falta de participação dos membros da comunidade surda na escola, beneficiando o desenvolvimento da identidade surda.

E o grande intermediador desse sistema e que poderá modificar esse cenário é o professor, pois cabe a ele incentivar e mediar à constituição do conhecimento por meio do processo de interação entre o aluno com deficiência e os colegas, que se realizado corretamente, possibilita a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita.

O aluno não deve sentir a sua deficiência como dificuldade de convivência, e sim como uma barreira a ser vencida nos caminhos da vida, com ajuda da escola, família e comunidade mutualmente.

2.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

De acordo com Strobel (2006), a educação dos surdos em décadas anteriores era praticada de forma oral, onde existia um processo de triagem, avaliação e encaminhamento dos surdos para as classes especiais em escolas públicas em cidades dos interiores e capitais, com o objetivo de observar os surdos falando e escutando.

Essas práticas resultavam em fracassos educacionais e fazia com que aumentasse o número de evasão de surdos na escola devido ao processo metodológico totalmente contrário a dificuldade encontrada pelo indivíduo com surdez.

Considerando a real necessidade de se comunicar com a sociedade, os surdos elaborou a língua de sinais, que emprega as mãos, as expressões faciais, ao corpo, ao espaço e ao movimento, permitindo a expressão de qualquer conceito, seja ele descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato, afinal, comportam a demonstração de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e significativa do ser humano (BRITO, 2015).

A partir dessa metodologia que posteriormente seria aplicada na área educacional proporcionou uma excelente ferramenta no processo ensino-aprendizagem do surdo, diminuindo as barreiras existentes entre o professor e o aluno.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é fundamentada pela Lei Federal nº 10.436 de 2002, em seu art. 1º (parágrafo único), (BRASIL, Lei Federal 10.436, 2002):

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único - Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Essa lei foi regulamentada pela pelo Decreto nº 5.626 de 2005, que em geral dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. No seu artigo 2º, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (BRASIL, Lei Federal 10.436, 2002)

Brito (2015) fala que esse instrumento, a LIBRAS, é fundamental para o processo educativo dos surdos, pois, além da função comunicativa expressam também um suporte linguístico para a estruturação do pensamento, ou seja, são estes meios linguísticos que orientarão o conhecimento do mundo dos indivíduos que eles se servem. Por se tratarem de línguas de fácil acesso e naturais, são fundamentais para o preenchimento dessa função cognitiva e de suporte do pensamento.

Por outro lado, há a necessidade de iniciar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na infância para que os surdos já se sintam familiarizados com a língua antes mesmo de entrarem no ambiente escolar.

A LIBRAS não é uma ferramenta metodológica universal, ou seja, cada comunidade utiliza uma metodologia diferente, por exemplo, no Brasil as línguas utilizadas pelos Índios Urubus-Kaaper nas escolas da Amazônia e Maranhão são chamada de Língua dos Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), e dos surdos em regiões que as atividades sociais em que o Português não é exigido, chamada Língua dos Sinais dos Centros Urbanos (LSCB). Porém, grande parte da população brasileira utiliza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois é a base para compreensão da leitura e da escrita em português, apesar de que a estrutura gramatical das LIBRAS difere-se da estrutura gramatical da Língua Portuguesa (BRITO, 2015).

Como todas as línguas ouvidas (Português, Inglês, Espanhol, etc) são diferentes entre si, variando de país por país ou até mesmo comunidade, a Língua de Sinais também não é diferente, ou seja, pode variar de local por local, sendo que cada pessoa surda deverá aprender a língua na qual existir interesse tanto social como educacional.

A LIBRA é formada por sinais e da datilologia (alfabeto manual), de acordo com o Portal Educação (2013):

O alfabeto manual consiste na soletração de letras e numerais com as mãos. Para fazer uso dele, é necessário soletrar pausadamente, formando as palavras com nitidez. Ele é usado apenas para soletrar nomes de pessoas, de lugares, de rótulos, endereços, e para vocábulos inexistentes na língua de sinais. Pode ser usado também para descrever algo a que se tem dúvida.

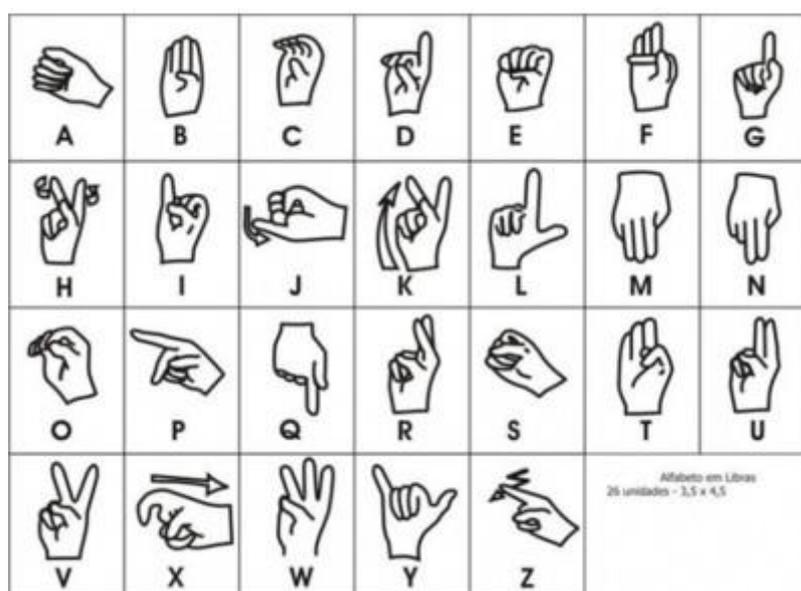


Figura 1: Alfabeto Manual - Libras
Fonte: abcdidatica.com.br

Em geral, a interpretação não é nada de grande dificuldade de aprendizado, pois ocorre apenas a percepção de sinais (por meio das mãos) e a transformação desses em palavras já utilizada na fala. Necessita apenas em interesse por parte do professor em se aprimorar nessa metodologia educacional.

2.3 OS SURDOS E SUAS LIMITAÇÕES

Para Strobel (2006), o ouvido é uma excelente ferramenta no mecanismo de defesa e alerta em nosso organismo, funcionando 24 horas por dia, mesmo dormindo não descansam, por isso e os outros motivos analisa-se a real importância em estar atenta a deficiência auditiva.

Entende-se então, a grande funcionalidade desse sentido no nosso organismo e real importância nas atividades diárias do nosso cotidiano, inclusive no processo de ensino-aprendizagem, onde a necessidade aumenta.

Durante vários séculos esses indivíduos foram distinguidos como indivíduos “anormais”, sendo até mesmo sacrificados quando nasciam na Roma antiga, por segundo eles, tratarem de pessoas com “imperfeições físicas”. E ao passar dos anos, a sociedade analisava como propriedades patológicas e abordavam que deveriam ser tratados ou pelo menos ter suas sequelas diminuídas, até mesmo por alguns profissionais da saúde que os visualizavam como alguém indesejado, anormal que precisa ser modificado ou curado (SKLIAR, 2009).

O cenário da discriminação, racismo e assimilação são as consequências desse pensamento da sociedade, pois, o preconceito era evidente nessa época resultando em diversos prejuízos sociais e educativos aos surdos.

Segundo Botelho (2015), a pessoa que convive com a surdez apresenta um obstáculo de ordem biológica na captação dos sons da fala das línguas orais, resultando na dificuldade da percepção e distinção fonêmicas que prejudicam a compressão dos significados.

O resultado é o desenvolvimento linguístico limitado, ocasionando em prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, social, intelectual e, às vezes, até mesmo emocional.

De acordo com o Ministério da Educação (2006), o indivíduo surdo é caracterizado com a perda maior ou menor da percepção normal dos sons. As áreas de saúde e educação estabelecem dois tipos de surdez, o Parcialmente Surdo (indivíduo com surdez leve e com surdez moderada) e o Surdo (indivíduo com surdez severa e profunda).

Para Redondo e Carvalho (2000), a surdez deve ser identificada o mais breve possível. É fundamental que os familiares e o pediatra sejam observadores e atentos, para que possam identificar o problema de audição desde as primeiras semanas após o nascimento. Entre os sinais estão quando o bebê for exageradamente quieto, não virar a cabeça procurando a origem de algum barulho forte, como gritos, por exemplo, ou continuar chorando, mesmo quando a mãe tente acalmá-lo apenas com a voz. Identificando a deficiência, a primeira etapa é dar apoio a família e orientá-la em relação à necessidade do seu filho, aliada é claro ao

trabalho educacional de profissionais, que permitirá que a criança contraia qualidades de se comunicar melhor com a sociedade

Strobel (2006) destaca que a deficiência auditiva existe de vários tipos, entre eles, a Condutiva, caracterizada pela interferência do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna. A Sensorio-Neural compreendida pela impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da orelha interna ou do nervo auditivo. A Mista, assinalada pela alteração na condução do som até o órgão terminal sensorial associada à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo, e por último, a Central ou Surdez Central, que se apresenta por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras, diretamente ligada ao processamento da informação sonora no tronco cerebral.

Compreende então, que a surdez não é igual em toda a população surda, ou seja, ocorre uma divisão de acordo com a capacidade de percepção do som, sendo que quanto menos a percepção do som, maior o grau de dificuldade na aplicação das metodologias educacionais.

Para o Ministério da Educação (2006) o indivíduo com déficit auditivo é caracterizado com a perda maior ou menor da percepção normal dos sons. As áreas de saúde e educação estabelecem dois tipos de surdez, o Parcialmente Surdo (indivíduo com surdez leve e com surdez moderada) e o Surdo (indivíduo com surdez severa e profunda). Compreende então, que a surdez não é igual em toda a população surda, ou seja, ocorre uma divisão de acordo com a capacidade de percepção do som, sendo que quanto menos a percepção do som, maior o grau de dificuldade na aplicação das metodologias educacionais. Abaixo está a Figura 1 que ilustra os graus de perda auditiva em Decibéis (dB).

Limiar auditivo	Graus de perda auditiva	Dificuldade para entender o discurso falado/níveis de intensidade
27-40 dB	Ligeira- perda condutiva	Fala baixa
41-55 dB	Leve- uso de aparelho auditivo	Fala normal
56-70 dB	Moderada	Fala alta
71-90 dB	Severa – perda sensoneural	Fala gritada
Superior a 90 dB	Profunda – uso de sinais	Qualquer fala, mesmo amplificada

Figura 2: Grau de perda auditiva em Decibéis (dB)

Fonte: Winnick, 2004

No entanto, as pessoas com deficiência auditiva e que convivem com indivíduos surdos não devem pensar como uma patologia e um fator negativo, e sim, como um processo natural do ser humano, ligando a surdez a conceitos das atividades e funções exercidas em nosso cotidiano como aprendizagem da língua, interação com a comunidade, identificação com os outros grupos de colegas, cultura, história, tradição, narração de histórias, encontros sociais, luta por seus direitos linguísticos e civis, entre outras coisas (SKLIAR, 2009).

Segundo Botelho (2015) uma forma de reconhecer a diferença é Reconhecer possibilidades e limites. Pois, diante das limitações citadas em parágrafos anteriores, entende-se que a maneira dos surdos se orientarem é por meio da visão, ainda que seus restos auditivos, maiores ou menores, ocasionalmente façam alguma diferença. Significando que a organização perceptual fundamental daquele que tem uma perda auditiva se dá a partir da visão, e não da audição.

A prática metodológica que achavam que os indivíduos com surdez deveriam apreender por meio da escuta foi um grande fracasso educacional, pelo fato, de que a surdez sendo pouca ou muita, afeta diretamente no processo ensino-aprendizagem e que a alternativa mais indicada é por meio da visão, por isso, se elaborou a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

2.4 LECIONANDO EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS SURDOS

Zucchetti (2011) fala que a Educação Física é parte integrante de toda grade curricular do aluno do Ensino Fundamental e Médio e não poderia retirar-se desse processo de inclusão educacional. E o professor dessa disciplina é peça fundamental nesse processo, por meio da utilização de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que irão estimular à criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, entre outras coisas.

E é bom deixar claro que a surdez afeta apenas a percepção do som, não acarretando qualquer outro prejuízo, nesse sentido, o desenvolvimento motor de crianças surdas costumam acompanhar os padrões da normalidade, não acontecendo nenhuma exceção a prática da atividade física.

Segundo Góes, Alves e Vieira Júnior (2012) ao efetuar o programa de suas aulas, o educador físico precisará reconhecer a causa e o tipo de deficiência adquirida pelo aluno; Encontrar-se informado sobre quais os cuidados que o professor deve ter ao planejar e realizar atividades para turmas com alunos com deficiência auditiva; Avaliar as formas de comunicação ou até mesmo criá-las; Permanecer atento às manifestações de preconceito ou discriminação que possam vir a acontecer entre os alunos; os alunos não deficientes precisam ter conhecimento dessas adaptações para aprender a conviver com o aluno com deficiência auditiva.

Para Santos (2010), na sala de aula o professor de Educação Física deverá utilizar ferramentas que favorecem a percepção desse aluno, tendo como utilidade slides informativos e ilustrativos, fotografias, vídeos com legendas, desenho no quadro e demonstrações, pois, é por meio dessa modalidade linguística que se produz o processo de aprendizagem do sujeito e a constituição da sua concepção do mundo.

Uma técnica adequada com diversos recursos além de ser indispensável para a captação dos assuntos e a não supressão do aluno, também pode despertar nele um maior empenho e motivação, empregando no processo de aprendizagem modelos sólidos vivenciados no cotidiano, estimulando a demonstração e a habilidade de inventar.

E no ambiente fora da sala de aula, a escolha de atividade física para crianças surdas devem analisar os mesmos critérios utilizados para as sem a deficiência não

ocorrendo distinção nenhuma. E os critérios são as condições de saúde, faixa etária, condicionamento físico, interesse, etc (SOLER, 2005).

De acordo com Santos (2010), no caso de esporte, não há a necessidade de adaptação na maneira de ensinar, conduzir ou arbitrar. No entanto, as atividades rítmicas, na maioria das vezes necessitam um pouco mais de tempo de treinamento, devido à necessidade de internalizar e o andamento da execução dos movimentos sem o auxílio de uma trilha sonora.

Santos (2010) ainda relata que as atividades aeróbicas também poderão ser empregadas, pois desempenham diversos benefícios cardiovasculares para as crianças com deficiência auditiva, pois as que não se usam da fala costumam ter uma respiração “curta”, isto é, não preenchem totalmente os pulmões permitindo, com isto, de ampliar a caixa torácica e de exercitar os músculos envolvidos na respiração. Além disso, auxiliam indiretamente para aprendizagem da emissão dos sons da fala.

Dar pra perceber que não há restrição nenhuma ao aluno por ter deficiência auditiva, pois os critérios são gerais para aplicação de atividades físicas nos demais indivíduos. Onde o professor deverá somente atentar-se para algumas condições necessárias para executar a atividade ou a aula.

De acordo com Silva e Sampaio (2010), não importa a prática ou metodologia aplicada, o educador físico necessitará empregar de suas informações para garantir aos seus alunos com deficiência auditiva, aulas de qualidade, evidenciando a real importância e papel da disciplina formação acadêmicas do aluno, para que a mesma seja vista como uma área de grande interesse para o mesmo.

Porém, a formação do profissional carece de maiores conhecimentos e informações em relação à deficiência auditiva tendo em vista que na sua grade curricular a carga horária reservada para essa área de atuação não são satisfatórias. E também o que se aprende não é aplicado da maneira correta e adequada, acarretando dificuldade na inserção desse aluno com surdez na aula de Educação Física.

A música durante as aulas tem mostrado um ótimo resultado no que diz respeito ao desenvolvimento motor, psicológico e social, essa afirmação fica claro quando Ferreira (2011, p. 31), declara:

A música, por se tratar de uma atividade prazerosa é uma importante ferramenta educativa em todos os momentos na vida dos alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais. É através dela que podemos colocar esses alunos em contato com atividades lúdicas que contribuem para uma melhora significativa na parte motora, psicológica e social.

A música traz vida, alegria e integração social a qualquer idade, é uma forma divertida e prazerosa de promover um maior contato entre os alunos, independente de suas limitações

Gorgatti e Costa (2008, p. 137), afirma que:

O indivíduo com deficiência auditiva encontra dificuldades para se adaptar ao ambiente que o cerca e muitas vezes, em decorrência disso, se torna um pouco ansioso e impaciente, em especial quando não consegue se fazer entender. Algumas pessoas preferem certo isolamento social, evitando o contato com pessoas estranhas, demonstrando às vezes um grau de imaturidade.

Não devemos deixar nossos alunos com deficiência auditiva se isolar, devido a esse problema. O mais importante em uma escola estudantes assim é ter profissionais capacitados para entendê-los e inseri-los na sociedade. Devemos ter paciência, atenção e acima de tudo amor e carinho para não deixar que a surdez impeça a convivência desses alunos com os demais.

Segundo Winnick (2004), o ensino de aspectos conceituais de educação física a alunos surdos pode ser problemático, em uma classe de alunos que escutam e com um professor que não é fluente na língua de sinais.

Apesar da dificuldade em conseguir verbas para a melhor adaptação de alunos com deficiência, já existem leis que amparam nossos alunos para terem uma tenção especial em sala de aula com interprete de libras capacitado, para facilitar a comunicação e o aprendizado.

Para Alves et al (2014), o docente tem conhecimento a cerca de lecionar a disciplina de Educação para os indivíduos surdez, favorecerá o diálogo e a comunicação, promovendo uma boa relação e troca de experiências. Com isso, o educador conhecerá melhor o seu aluno, as suas peculiaridades e necessidades educacionais, assim como criaria a possibilidade de sua metodologia pedagógica ser mais inclusiva identificando diversas formas de desenvolver suas aulas de maneira a proporcionar a compreensão, comunicação e aprendizado desses indivíduos.

3 CONCLUSÃO

Após o término desse estudo evidenciou que para uma inclusão ativa, a metodologia e as ações adotadas pelo professor são decisivas para a inclusão do aluno com surdez, sobressaindo o valor da ação educador na inclusão ou exclusão desses alunos, nas aulas.

Outra característica encontrada foi que a prática de inclusão e conhecimento de metodologias para introdução do aluno com deficiência auditiva por parte do docente de Educação Física e da escola ainda é insuficiente e não se aproveita da maneira correta, mesmo sendo apontado em leis e decretos, depreciando a eficiência e eficácia do ensino-aprendizagem.

Apesar disso, há a obrigação de diversos avanços e propostas, entre elas, a disponibilização de condições mínimas para que o docente de Educação Física na sua formação acadêmica adquira os conhecimentos sobre as metodologias e práticas de inclusão dos indivíduos com deficiência auditiva, a capacitação permanente dos educadores da rede de ensino a cerca do tema, o fortalecimento das políticas públicas direcionadas a inclusão do aluno com deficiência auditiva, a estruturação da escola para receber e atender as necessidades e a inserção do intérprete e da comunidade surda na sala de aula.

O conteúdo contou com uma revisão bibliográfica sobre o tema e atingiu as expectativas propostas pelo estudo, onde se identificou o papel do professor diante dos alunos surdos, e que mesmo com as dificuldades é possível planejar e delinear baseado nas teorias, ações e intervenções direcionadas a inclusão.

Ao final do estudo, constatou-se que o papel do docente de diante um indivíduo com deficiência auditiva é amplo e fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, social e educacional, no entanto, compreende-se que a inserção desses alunos não se concretizou de fato, mesmo tendo estudos e teorias que comprovam e amparam nesse processo de inclusão, precisando de maiores conhecimentos e estudos dos professores de sobre essas didáticas e metodologias.

5 REFERÊNCIAS

1. ALVES, Tássia Pereira et al. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 65-78, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/7989/pdf>>. Acesso em: 14 de set. 2015.
2. BOTELHO, Paula. **Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos**. Belo Horizonte: s.d. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/educsurdos.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
3. BRASIL, Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.
4. _____. Constituição Federal 1988. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 out. 1988. Seção 1, p.1.
5. _____. Decreto nº 3.298, de 20 dez. 1999. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1999. Seção 1, p.10.
6. _____. Decreto nº 5.626, de 22 dez. 2005. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 2005. Seção 1, p.28.
7. _____. Lei Federal nº 10.432. 24 abr. 2002. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 out. 2015. Seção 3, p.92.
8. _____. Lei nº 7.853, de 24 out.1989. **Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 out. 1989. Seção 1, p.19209.
9. BRITO, Lucinda Ferreira. **Língua de sinais**. Belo Horizonte: 2015. Disponível em:

<<http://www.feneismg.org.br/doc/Lingua%20de%20Sinais%20e%20outros.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. 2015.

10. FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
11. GÓES, Flávia Temponi; ALVES, Ana Caroline; VIERA JÚNIOR, Paulo Roberto. Os deficientes auditivos nas aulas de educação física: repensando as possibilidades de atividades pedagógicas inclusivas. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, vol. 4, no 1, junho 2012. Disponível em: <<http://www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/fdc/article/view/246/0> >. Acesso em: 16 ago. 2015.
12. GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.
13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão - dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
14. PORTAL EDUCAÇÃO. **Alfabeto Manual de Libras**. Campo Grande: 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/41153/alfabeto-manual-de-libras>. Acesso em: 06 set. 2015.
15. REDONDO, Maria Cristina da Fonseca; CARVALHO, Josefina Martins. **Deficiência Auditiva**, Brasília: 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
16. SANTOS, Sheila Batista Maia. Gestão democrática: abertura para a acessibilidade do sujeito de identidade surda múltipla e multifacetada nas Instituições de Ensino. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 50 – 63. mai. 2010. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/113>>. Acesso 17 ago. 2015.
17. SILVA, Natal da; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. A formação docente e a inclusão da criança com deficiência auditiva nas aulas de educação física. **Educação Física em Revista**, v. 04, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewArticle/1560> >. Acesso em: 15 ago. 2015.
18. SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

19. SOARES, Fabiana M. R; LACERDA, Cristina B. F. de. **O aluno surdo em escola regular**: um estudo de caso sobre a construção da identidade. Campinas: Autores Associados, 2004.
20. SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
21. STROBEL, Karin Lilian. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006. Disponível em:
<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/1645-6257-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.
22. WINNICK, J. P. **Educação física e esporte adaptado**. São Paulo: Manole, 2004.
23. ZUCCHETTI, Dinora Tereza. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197 – 218, 13 ago. 2011. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v27n02/v27n02a10.pdf>. Acesso: em: 15 ago. 2015.